

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.397 - CE (2020/0066204-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **CONSTRUTORA BETA SA**
ADVOGADOS : **ANDRE ARRAES DE AQUINO MARTINS - CE018568**
: **VITOR DE HOLANDA FREIRE - CE019556**
: **RODRIGO PORTELA OLIVEIRA - CE024133**
RECORRIDO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADO : **GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS - BA025254**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento manejado em desafio à decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 16ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, nos autos do processo n. 0149359-23.2016.8.06.0001, que concedeu liminar para a busca e apreensão dos bens arrolados na petição inicial de Itaú Unibanco S.A.

A Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 1.488):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. REVISIONAL. GARANTIA CONTRATUAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. A recorrente, entendendo existirem cláusulas abusivas e encargos ilegais, ajuizou ação revisional de contrato c/c indenização por danos morais, na qual foi deferida a tutela de urgência, determinando-se que a agravada se abstinhasse de incluir a agravante e seus sócios nos cadastros de inadimplentes. A instituição financeira, por sua vez, ajuizou ação de busca e apreensão dos bens dados em garantia contratual. O agravante insurge-se contra a decisão que deferiu a liminar de busca e apreensão dos bens, alegando, em síntese, que o débito está sendo discutido em ação própria.

2. Segundo o Decreto-Lei nº 911/69, o credor fiduciário poderá requerer contra o devedor a busca e apreensão do bem, desde que comprovada a mora. No caso dos autos, o credor/ agravado comprovou a propriedade fiduciária dos bens e a mora do devedor/ agravante, que não pagou a integralidade da dívida. O mero ajuizamento de ação revisional não descaracteriza a mora e não tem o condão de suspender a ação de busca e apreensão.

3. Incidência da Súmula nº 380 do STJ, que dispõe: “A simples

propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor”.

4. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.

Os aclaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.526-1.530).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega ofensa ao art. 1.022 do NCPC, sustentando que apresentou contrarrazões aos documentos colacionados pelo ora recorrido, alegando omissão quanto aos argumentos alinhavados, quais sejam: a) que os bens, objeto da busca e apreensão, eram indispensáveis para o desenvolvimento da atividade empresarial (lesão à atividade empresarial – livre iniciativa); b) afronta aos princípios do valor social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, tendo em vista que inúmeros colaboradores seriam dispensados, se sua atividade econômica fosse prejudicada pela busca e apreensão de seus bens.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 1.535-1.540).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 1.542-1.545).

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Essa é a conclusão que se extrai do seguinte trecho dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 1.526-1.530 - sem grifo no original):

No caso dos autos, verifica-se que o acórdão recorrido não é omisso. O acórdão apresentou os argumentos que embasaram o entendimento adotado pelos julgadores, não se constatando, portando, qualquer omissão a ser suprida.

As matérias aduzidas na inicial do agravo de instrumento foram expressamente analisadas. Verifica-se que o fundamento da irresignação do agravante é a existência de ação revisional discutindo o débito, o que, em seu entender, impediria o deferimento da liminar de busca e apreensão. Ocorre que, consoante analisado no recurso, os requisitos legais para a concessão da liminar requerida estavam presentes, não merecendo reforma e decisão recorrida.

Registrou-se, ainda, a incidência do enunciado da súmula nº 380 do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor".

Superior Tribunal de Justiça

O que pretende o recorrente é alterar a conclusão do julgado, o que não caracteriza omissão. Trata-se de insatisfação do embargante com a decisão proferida, pois entende que suas razões não foram acolhidas quando do julgamento do recurso.

O que se observa é uma tentativa de rediscussão da matéria, o que é vedado em sede de embargos de declaração. Desta forma, há vários precedentes deste Tribunal e, por todos, o enunciado da Súmula nº 18 do TJCE:

TJCE, Súmula nº 18: São indevidos embargos de declaração que têm por única finalidade o reexame da controvérsia jurídica já apreciada.

Depreende-se que os embargos declaratórios não possuem o condão de devolver mais uma vez a apreciação da matéria já decidida, ainda que ela se apresente de maneira que a parte a considere imprecisa ou injusta.

Esclareça-se que, no recurso especial apresentado, a recorrente omite o fato de que suposto argumento não analisado, referente à afronta aos princípios da livre iniciativa, valor social do trabalho e da dignidade da pessoa humana não foi fundamento do agravo de instrumento manejado, tendo sido apenas mencionado quando da manifestação da parte recorrente sobre os documentos juntados pelo recorrido.

Desse modo, não se verifica omissão no julgado, mas apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do seu inconformismo com resultado. Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator